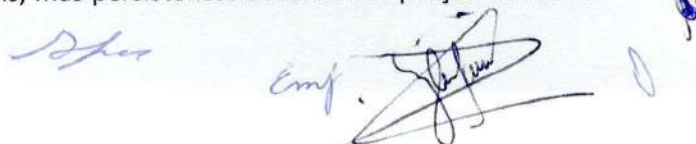


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA



COMITÊ DE INVESTIMENTOS
120ª Reunião Ordinária

ATA Nº 10/2025

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de 2025, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Elza Maria Jucá. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de outubro nº A251000 a A251008; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de setembro/2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em setembro no montante R\$ 4.627.681,17 (1,03%); considerando que o IPCA foi de (0,48%), foi possível cumprir a meta atuarial determinada para o mês (0,94%). Verificou-se retorno positivo de (0,99%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance positiva (1,74%), puxadas pela valorização no índice IBOVESPA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (10,05%) é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (7,73%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. O CPI da Zona do Euro registrou uma aceleração moderada, com a inflação cheia alcançando 2,2% em setembro na variação anual, um aumento em relação aos 2,0% de agosto, refletindo pressões em serviços e bens não energéticos, embora a energia tenha contribuído para uma moderação. Na base mensal, o CPI avançou 0,1%, impulsionado por fatores sazonais e uma leve recuperação na demanda. O núcleo do CPI, que exclui itens voláteis como energia e alimentos, subiu para 2,3% anualmente, superando ligeiramente as expectativas de 2,2% e indicando uma inflação subjacente resiliente, com variação mensal estável. Analistas observam que essa elevação no CPI cheio foi influenciada por variações em países chave como Alemanha e França, onde os preços de serviços cresceram mais rapidamente, enquanto na Itália e Espanha houve moderação devido a quedas em energia. Na China, o CPI de setembro manteve a deflação persistente, com o índice cheio registrando uma queda anual de -0,3%, uma melhora em relação à deflação de -0,4% em agosto impulsionada principalmente por quedas acentuadas nos preços de alimentos e energia. Na variação mensal, o CPI permaneceu estável, refletindo uma demanda interna fraca e excesso de capacidade produtiva. O núcleo do CPI, excluindo alimentos e energia, avançou 1,0% anualmente, acelerando 0,1 ponto percentual em relação ao mês anterior, com variação mensal modesta, indicando pressões subjacentes moderadas em serviços e bens não voláteis. Já o índice de preços ao produtor chinês declinou -2,3% na base anual, uma desaceleração da deflação em comparação aos -2,9% de agosto, com variação mensal nula, destacando melhorias em alguns setores industriais, mas persistentes desafios em preços de fábrica




devido a tensões comerciais e demanda global enfraquecida. Alguns economistas apontam para riscos de uma espiral deflacionária se a demanda não se recuperar, especialmente em meio a tarifas comerciais com os EUA e Europa. No Brasil, o IBC-Br, apurado pelo Banco Central, de agosto registrou avanço de 0,4% na variação mensal dessazonalizada, revertendo a queda de -0,5% observada em julho, sinalizando uma recuperação modesta na atividade econômica após um período de contração. No acumulado do ano até agosto, o IBC-Br avançou 2,6%, enquanto nos últimos 12 meses cresceu 3,2%, indicando uma trajetória de expansão moderada, mas abaixo das expectativas iniciais para 2025, com economistas atribuindo o desempenho a fatores como a estabilidade do emprego e investimentos em infraestrutura. Essa performance, embora positiva, destaca a necessidade de reformas fiscais para sustentar o crescimento de maneira saudável. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alta para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem*

Spicer *Empf*  | 


ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais) do fundo de investimentos BB PREVIDENCIARIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VERTICE ESPECIAL 2029 FIF RESPONSABILIDADE LIMITADA (CNPJ 59.816.458/0001-66); 2) Autorizar o gestor resgatar R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) do fundo de investimentos BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP (CNPJ 03.543.447/0001-03); 3) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 471.677,61 (quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); e 4) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 08:40h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



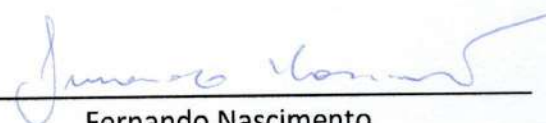
Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente



Clécio Abrahão Ataíde
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração



Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal



Elza Maria Jucá
Representante dos Servidores Públicos Municipais
